



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.^a COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 22 DE JULHO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Guilherme Octaviano

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 30 minutos.

A 2.^a Comissão Especializada Permanente auscultou as Sras. Directora e Técnicas da Direcção-geral do CIAT, sobre o caso do arroz, visto que foram enviados, pela Firma Modelo Alimentar Neves Lda., um conjunto de documentos a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional. Fizeram uso da palavra, além da Sra. Directora do CIAT (Valdemira Tavares), Sra. Chefe dos Serviços Fitopatológicos (Ana Deus Lima) e a Sra. Chefe dos Serviços Agro-Químicos (Antónia Neto), os Srs.

Deputados Octávio Boa Morte (ADI), Arlindo Ramos (ADI), Gil Costa (PCD), Isabel Domingos (ADI) Martinho Domingos (ADI), António Ramos (MLSTP/PSD), José Diogo (ADI), Alexandre Guadalupe (ADI) e Maria das Neves (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 11 horas e 05 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 09 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
José da Graça **Diogo**
Octávio Costa de **Boa Morte** Fernandes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Dionísio Fernandes Leopoldino
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
 Manuel da Cruz **Marçal Lima**
Maria das Neves Ceíta Batista de Sousa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Costa

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar aos nossos trabalhos da 2.^a Comissão (Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros) e isto vem na sequência dos nossos trabalhos de auscultação, que temos estado a fazer aos diversos sectores, relacionados com a questão da importação do arroz. Como sabem, ela é resultante de um documento que foi apresentado a S. Exa. o Presidente da Assembleia Nacional e que baixou a esta Comissão para os devidos efeitos.

Hoje é a vez do CIAT e quero dar as boas-vindas aos técnicos da Direcção-geral do CIAT por terem acedido à nossa solicitação, apesar que, em termos administrativos, parece que houve uma pequena questão de que a comunicação não chegou atempadamente aos respectivos serviços. Todavia, gostaria de agradecer a gentileza do sector em ter aparecido para poder esclarecer algumas questões que a Comissão carece para clarificação das questões em torno da importação ou da qualidade do arroz.

Gostaria de informar a equipa do CIAT que a nossa sessão está a ser gravada e, de acordo com o Regimento, quem tem responsabilidade pode ser solicitado ou chamados a qualquer momento. Para dizer que entram numa sessão de muita responsabilidade e, portanto, toda a vossa declaração poderá servir de elemento para poder conferir ou inferir as vossas afirmações. Por outro lado, de acordo com o Regimento da nossa Assembleia, a Assembleia tem por função a fiscalização das actividades do Governo e, se as questões que ouvirmos não forem devidamente clarificadas, poderemos auscultar o Ministro, o Primeiro-Ministro ou qualquer membro do Governo. Portanto, é para informar que entramos agora numa sessão cruzeiro de responsabilidade.

Posto isso, gostaria de ouvir da parte dos Srs. Deputados qual será a metodologia, se abordaremos as questões ou se ouviremos o CIAT a informar-nos sobre a qualidade ou não do produto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte, para uma intervenção.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, no meu ponto de vista, a Directora do CIAT devia fazer uma explanação à volta do seu parecer técnico e depois daí é que poderíamos colocar algumas questões que, porventura, não forem ditas ou que na explanação não foi bem explícita para nós.

O Sr. **Presidente**: — Se houver concordância com a opinião do Sr. Deputado Octávio, poderíamos avançar, mas não sei se algum Deputado querará fazer alguma intervenção para além do que foi dito.

Negaram, acenando com a cabeça.

Não sendo o caso, gostaríamos de pedir a Sra. Directora-geral do CIAT, ou a quem ela indicar, que nos fizesse um *briefing* sobre a questão da qualidade do arroz, tendo em conta as análises laboratoriais do CIAT.

Gostaria, antes, de delimitar o espaço temporal que temos para esta sessão. Na última sessão que tivemos tínhamos combinado ouvir em 1 hora para cada sector, então também para esta auscultação daríamos 1 hora.

Passo a palavra à Sra. Directora.

A Sra. **Directora do CIAT** (Valdemira Tavares): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como não recebemos o convite e nem sabíamos o que é que viríamos fazer, pensávamos que eram algumas dúvidas que os Deputados tinham para perguntar sobre o resultado que o CIAT enviou, não preparei nenhum *briefing*, porque isso é um resultado obtido pelo laboratório e o entregamos e aquilo que o laboratório informou que existe no arroz é isso que informamos. Não temos muita coisa a acrescentar, tendo em conta que os serviços identificaram, na amostra que colheram, esses resultados e enviamos para esclarecimento, para saber se havia a possibilidade de consumo.

Portanto, estamos disponíveis para qualquer dúvida ou pergunta que os Srs. Deputados tiverem para fazer. É por isso que vim acompanhada com as técnicas do laboratório, que são especialistas na matéria.

O Sr. **Presidente**: — Mas da nossa parte essa informação que gostaríamos de confirmar, ou infirmar era, face a análise laboratorial, o que é que o CIAT constatou? Era essa a informação que gostaríamos de ter, para completar o nosso raciocínio e um conjunto de questões que temos estado a levantar.

A Sra. **Directora do CIAT**: — Não sei se têm conhecimento do resultado da análise, se têm uma cópia ou não. Se não, se houver possibilidade aqui, podemos facultar a cópia para os Srs. Deputados. Nesses resultados estão escritos o que se observou no arroz e poderíamos lê-los.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Directora pode ler, se faz favor.

A Sra. **Directora do CIAT**: — Como sabe, foi colhida uma amostra no dia 6 de Junho de 2013 e o tipo da análise que se fez é microbiológica, entomológica e química, numa amostra que se colheu do lote de arroz que chegou. O requerente foi o Fundo de Estabilização de Preços e a amostra foi recolhida pelos técnicos do CIAT e tinha, como referência da amostra, o número 379. A descrição do pedido é «análise de qualidade de arroz».

Os resultados e as observações, de acordo com a análise que os técnicos fizeram, demonstraram que o arroz tinha fungos, *rhizopus*, *aspergillus nigri*, *aspergillus sp.* e *penicillium sp.* O que alertou é que esses *aspergillus nigri* podem produzir também micotoxinas.

No segundo resultado, vimos que havia restos mortais de larvas e adultos de coleópteros e também a presença de alguns insectos vivos, como *temmochila sp.* e *tenebroides sp.* Havia grãos de arroz partidos, numa percentagem de 38,1 e grãos com vestígios de ataques de insectos, 61,9 e uma percentagem alta de proteínas e gorduras. Portanto, esses são os resultados que os técnicos obtiveram no laboratório. Depois disso, a análise foi encaminhada para se ver, com essa qualidade, se o arroz pode ser consumido.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acabamos de ouvir os resultados da análise que foi feita pelos técnicos do laboratório do CIAT e gostaria de saber se querem fazer alguma pergunta ou obter alguma informação adicional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Directora e a sua equipa, só gostaria de saber se, tendo em conta a forma tão discredibilizante que o Governo teve em relação aos resultados da análise produzido pelo CIAT, que originou também no envio de algumas amostras ao exterior para confirmação daquilo que o CIAT havia dito, é do nosso conhecimento que essas análises confirmaram os resultados produzidos pelo CIAT, mas infelizmente houve alguma má interpretação naquilo que são as funções e a própria capacidade por parte do CIAT. Portanto, por parte do Governo, houve alguma intervenção durante a fase de observação do produto do Director Científico no laboratório?

A Sra. **Directora do CIAT**: — Se houve?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Se houve alguma intervenção do Director Científico na produção dos resultados do respectivo produto. Porque, como sabe, houve muita especulação à volta desse caso, de que ele é deste ou daquele partido e, porventura, podia haver manipulação dos resultados. Essa informação só a Sra. Directora e as técnicas que estão cá presentes nos podem dar, se realmente houve intervenção do Director Científico na manipulação dos resultados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Directora do CIAT e a sua equipa técnica: Estando aqui para esclarecer essa questão ligada à qualidade do arroz, gostaria também, nesta primeira fase, de colocar algumas questões.

A minha primeira pergunta é: normalmente os produtos alimentares quando chegam ao País, antes de saírem para o mercado, há uma entidade que autoriza a sua saída do Porto e gostaria de saber se, antes do produto sair do Porto para o mercado, o CIAT havia emitido algum certificado, autorizando o Governo a colocar o produto no mercado.

Outra segunda questão que gostaria de colocar nesta fase é: é do nosso conhecimento que o arroz veio fora de contentores, em sacos expostos à chuva e a água salgada e é bem possível, acredito, que nessas condições alguns

sacos de arroz pudessem ter sido molhados e mesmo aqui no Porto de São Tomé o barco permaneceu no alto mar para depois atracar-se. Porquê, diante dessa situação, a colheita de uma amostra, no universo de cerca de 18 000 sacos?

Já agora gostaria, de saber também quem são os técnicos que foram ao terreno fazer a colheita da amostra. São essas as perguntas que tenho nesta primeira fase.

O Sr. **Presidente**: — Já temos um pacote de perguntas e iria passar a palavra ao CIAT, para começarem a responder.

Poderá ser a Sra. Directora, ou a quem quiser passar a palavra.

A Sra. **Directora do CIAT**: — Sr. Presidente, os técnicos do laboratório irão responder à pergunta do Deputado Arlindo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ana Deus Lima, para responder.

A Sra. **Chefe dos Serviços Fitopatológicos** (Ana Deus Lima): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que se passa em relação a primeira pergunta, se houve alguma intervenção na produção dos resultados pelo Director do CIAT, Sr. Severino do Espírito Santo Neto, gostaríamos de dizer que não, porque a função do Director Científico não é fazer análises.

O documento, ao sair do CIAT, o Sr. Director só tem que assinar, mostrando que teve conhecimento dos resultados. Aliás, das pessoas que trabalham no laboratório, ninguém ia aceitar que o Sr. Director Severino se predispusesse a ter alguma influência nos resultados, porque não estamos lá para brincar. É um assunto sério e ele não teve nenhuma interferência nos resultados. Isso é boato e má-fé, simplesmente. É o que posso dizer em relação a essa pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Em relação a outras questões levantadas, tem a palavra a Sra. Directora para responder.

A Sra. **Directora do CIAT**: — Portanto, saber se o CIAT emitiu um certificado de qualidade, autorizando ao Governo a saída do arroz. A qualquer comerciante que importa produtos alimentares, o CIAT passa uma autorização provisória para que o produto seja desembarcado e armazenado. Como sabemos, o nosso Porto não é costeiro e, portanto, há essa necessidade. Se o produto vier e esperar pelas análises, demora algum tempo. Portanto, não passamos certificado de qualidade para a saída, passamos sim uma autorização provisória de desembarque, de modo que não congestionem o Porto, porque já sabemos das dificuldades que temos.

Quanto à segunda informação dada pelo Sr. Deputado Gil, que o arroz veio fora dos contentores e expostos à água salgada, essa informação está a ser passada, mas normalmente quando o produto vem recolhe-se uma amostra para ver a sua qualidade. Essa amostra é colhida aleatoriamente através de uma sonda a vários sacos. Depois disso, fazemos uma análise para saber se a qualidade do produto é boa ou não. Que quando o arroz veio esteve molhado e que apanhou chuva ou sol, pelo menos não tive essa informação. Pode ser. Mas, normalmente, qualquer produto quando chega fazemos a colheita aleatoriamente e analisamos.

Portanto, é a resposta que tenho a dar.

Quem são os técnicos que fizeram a colheita da amostra? São os técnicos do CIAT que normalmente fazem a colheita, que estão no Porto, e não é a primeira vez que eles a fazem. Colhemos do fundo do Japão e de outros comerciantes que também importam outros produtos e são sempre os mesmos técnicos, que variam.

Como sabem, lá no Porto há uma equipa fixa para esse tipo de controlo e, quando é uma grande quantidade, solicitamos outros técnicos que temos formado para poder colher as amostras.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, gostaria de ouvi-los.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Directora e a sua equipa: A minha primeira questão de certa forma já foi colocada e a Sra. Directora também já respondeu, relativamente a todos os produtos alimentares que são importados, que o CIAT é chamado a dar uma autorização e, segundo a Sra. Directora, é em primeira fase provisória de forma a permitir que os produtos sejam desembarcados.

Posteriormente, acredito que haja um procedimento, uma vez que a primeira é provisória, gostaria de saber qual é o procedimento a seguir pelo CIAT e o horizonte temporal, uma vez que os produtos já são retirados.

Só depois de obter essa resposta poderei fazer outras perguntas.

A Sra. **Directora do CIAT**: — Pode repetir a pergunta se faz favor?

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Portanto, uma vez dada a autorização provisória, qual é o procedimento seguinte da parte do CIAT e, ao nível desse procedimento, qual é o horizonte temporal? Porque o produto já saiu e está à espera para ser comercializado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, não fiquei bem esclarecido em relação à minha segunda questão.

Infelizmente a Sra. Directora disse que não tinha informações de que o arroz estava exposto a chuva e a água salgada, mas segundo informações que tive, muitos sacos molharam. Então, eu tinha perguntado como é que foi a colheita da amostra porque, segundo informações que temos sobre os resultados das amostras do CIAT, essa amostra significa um saco ou, no universo de quase 18 000 sacos, tiraram de forma aleatória em vários sacos, como disse a Sra. Directora?

É essa a precisão que gostaria de ter.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ana Deus Lima, para responder.

Comentamos aqui que veio uma equipa forte só de senhoras do CIAT, então estamos tranquilos.

Risos.

A Sra. **Chefe dos Serviços Fitopatológicos**: — Depois da autorização provisória, o procedimento a seguir é que o produto é recolhido, as análises são feitas e ele só deve entrar em venda depois dos resultados das análises serem entregues. Aí sim é que se deve começar a vender os produtos.

Isso leva o tempo que levar porque, normalmente, antes dos 10, 15 dias não temos os resultados, porque às vezes temos que os repetir. Pode haver caso de produtos que podem levar muito mais que 10 dias. Então, depois disso é que damos a autorização definitiva de que o produto está em condições para ser consumido. Mas, infelizmente, como as coisas funcionam no nosso país, já nos aconteceu fazer a análise e detectar que o produto não estava bom, irmos a loja para emitimos o certificado do produto, para o recolher e o mesmo já não existia. Portanto, isso não depende do CIAT.

Isso é sobre a questão do espaço temporal.

A outra pergunta, se a amostra é recolhida num ou em vários sacos, a minha colega responderá.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Antónia Neto, para complementar.

A Sra. **Chefe dos Serviços Agro-Químicos** (Antónia Neto): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Relativamente à colheita da amostra, tem um procedimento. Como os sacos vieram a granel, a amostra primária é feita em vários sacos e depois obtém-se uma amostra padrão, que é a soma de todas as amostras primárias e quando chega ao laboratório fazemos a amostragem do laboratório. Porque não é com o que os técnicos colhem é que vamos trabalhar. Quando chegam ao laboratório ainda temos que fazer a triagem e repartir a mesma triagem para os três laboratórios que temos. Uma parte da amostra padrão vai para o laboratório de etimologia, que tem a ver com as pragas e os bichos; uma parte fica na agro-química, portanto, no sector da bromatologia, que tem a ver com a análise dos alimentos, onde fazemos a parte nutricional, e a outra parte vai para a fitopatologia, que tem a ver com os fungos. Na fitopatologia temos uma outra secção que responde pela microbiologia, que vai ver as bactérias e por aí fora.

Portanto, é assim que o procedimento é feito. Caso venha em contentores, um contentor de 20 pés, ali colhemos amostras primárias em 14 sacos, num universo de 170 sacos. A amostragem é feita, tiramos cerca de 2 kgs do produto, levamos essa amostra para o laboratório e fazemos a triagem e depois repartimos nos três diferentes laboratórios que temos. O resto da amostra é guardada e, eventualmente, se houver algum caso de a repetir, temos a amostra para voltar a fazer a análise.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado por este aspecto metodológico e de procedimento. Não sei se os Srs. Deputados têm outras questões.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos, para uma intervenção.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Directora e Sras. Técnicas: Segundo a explicação que foi dada pela senhora técnica sobre os procedimentos da análise, gostaria de perguntar se foi autorizada a comercialização deste produto. Porque durante a explicação da senhora técnica, dizia que depois de proceder à análise do produto é que é dada a autorização para a comercialização. Então, é neste âmbito que gostaria de solicitar se foi dada autorização para a comercialização desse produto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte, para uma intervenção.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Directora e sua equipa: Queria perguntar à Sra. Directora-geral do CIAT se outras amostras que foram enviadas para outros centros laboratoriais, em Portugal, ASAE e Aquimisa, e em Camarões foram enviadas através do CIAT.

A outra é, após esses resultados das análises feitas pela ASAE e pela Aquimisa e o outro de Camarões, de acordo com os seus resultados, gostaria que a Sra. Directora, honestamente, e a Direcção técnica pudessem dizer-me qual deles é que acham que estão correctos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, de certa forma a minha questão foi introduzida pelo Sr. Deputado Martinho, mas gostaria de saber se o resultado que temos em mãos, do dia 6 de Junho de 2013, foi antes ou depois do arroz estar já na praça pública. Se o arroz, na altura da emissão do resultado, já estava a ser comercializado, de alguma forma o CIAT sentiu-se pressionado pelo tempo, não digo por ninguém, nem por nenhuma instituição, em agilizar o processo de análise e a emissão desses resultados?

Não sei se a Sra. Directora percebeu a minha questão.

Afirmou, acenando com a cabeça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, desta vez a questão que coloco é a seguinte: Sra. Directora, depois das questões que foram aqui levantadas e depois da polémica que foi criada à volta do arroz, a verdade é que, enquanto Deputado, tive a curiosidade de consumir o arroz para ter a certeza daquilo que se propalava. Fui a uma loja, perguntei se era o tal arroz, disseram-me que sim, comprei-o, mandei cozinhar, comi e não me apercebi de nada daquilo que se dizia. Então, isso prova que havia duas ou mais qualidades de arroz. Agora, a minha questão é se o CIAT, de acordo com as informações que propalavam, uns diziam que o arroz é bom e outros não, fez uma segunda colheita para certificar se realmente havia duas ou mais qualidades de arroz, ou manteve a sua colheita inicial?

Outra segunda questão que lhes coloco, Sra. Directora, para si e para a sua equipa é: da experiência técnica que têm, para a detecção das microtoxinas e de outras bactérias no arroz, qual é o horizonte para uma análise dessa, qual seria o período temporal para que o resultado saísse com precisão e que a instituição não fosse, como dizia a Sra. Deputada Isabel, pressionada pelo tempo, pelo facto de o arroz estar já no mercado? Disse aqui a técnica Ana Deus Lima que tiveram um período de cerca de 10 dias. Qual seria realmente esse horizonte temporal?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, só gostaria de fazer uma observação à Mesa e ao Sr. Presidente de que estamos aqui para analisar os resultados produzidos pelo CIAT. Portanto, acho que questões que não dizem respeito e que não estão dentro do quadro desses resultados não são necessários para esta sessão. Ter comprado ou não o arroz, esse não é problema do CIAT, porque o CIAT já produziu os seus resultados.

Protestos do Sr. Deputado Gil Costa.

Agora, na base daquilo que o Deputado Octávio perguntou, gostaria de reforçar se as tais amostras enviadas ao exterior são as mesmas que foram analisadas no CIAT.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil, para um esclarecimento.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, lamentavelmente o Deputado Arlindo criticou a minha questão, dizendo que o CIAT só está cá para falar do resultado obtido pelo CIAT e a pergunta do Deputado Octávio pede ao CIAT para comentar os resultados de outros laboratórios, que também não tem nada a ver com o CIAT. Portanto, acho que não estamos a ser coerentes neste aspecto.

Só fiz uma abordagem para fundamentar a minha pergunta, falei que consumi para depois fazer a minha pergunta. Não pedi ao CIAT para falar do arroz que consumi. Coloquei uma questão precisa, se o CIAT fez uma segunda colheita. Era apenas isso e não entrei em questões que não têm nada a ver com o CIAT, pelo contrário.

O Sr. **Presidente**: — Sras. Técnicas, já fizemos muitas perguntas e espero que tenham a capacidade de ordená-las de modo que possamos sair daqui suficientemente esclarecidos.

Espero que nos compreendam, porque precisamos dessas informações para fazermos o nosso juízo de valor com maior coerência possível nessa questão. Também confiamos na vossa capacidade técnica e na vossa honestidade intelectual para, como dizia inicialmente, nos brindarem com essas informações.

A senhora técnica tinha dito que há questões que podem levar a repetições das análises. Portanto, acho que depois do conjunto de questões que foram levantadas, agradecemos que começassem a esclarecer.

Tem a palavra a senhora técnica, que não sei bem o nome, não nos foram apresentadas antes e tenho alguma dificuldade.

A Sra. **Directora do CIAT**: — Peço desculpas, Sr. Presidente, mas como nos trouxeram uma lista para escrevermos os nomes, então não nos apresentamos.

A minha esquerda, na ponta, é a Eng.^a Antónia Neto, responsável do laboratório de agroquímica e, entre nós, Ana Maria Deus Lima, responsável do laboratório de fitopatologia e microbiologia e sou a Directora do CIAT.

O Sr. **Presidente**: — Feitas as apresentações, tem a palavra a Sra. Antónia Neto, para responder.

A Sra. **Chefe dos Serviços Agro-Químicos**: — Portanto, aqui temos duas perguntas em que a resposta vai ser a mesma, com relação às amostras que foram enviadas para a ASAE, Aquimisa e para os Camarões.

Gostaria de dizer o seguinte: quando se quer discutir dois resultados, em princípio a amostra tem que ser a mesma, porque há o processo de repetibilidade, que é colher a mesma amostra e essa mesma amostra é trabalhada no mesmo lugar por vários técnicos e daí faz-se a triagem dos resultados. Buscar o desvio padrão, fazer a carta de controlo, etc., são questões técnicas e o resultado no mesmo lugar e nas mesmas condições de trabalho por vários técnicos, o resultado não pode exceder 0,1, segundo algumas questões técnicas. Agora, a reprodutividade, a mesma amostra a ser trabalhada em condições diferentes, ou seja, íamos trabalhar a amostra e essa mesma amostra tinha que ser trabalhada num outro lugar por outros técnicos, e também a diferença não pode ser muita.

Portanto, as amostras que foram enviadas para a ASAE e a Aquimisa não temos conhecimento delas, não foram as mesmas amostras.

Murmúrios.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Não sendo as mesmas amostras, como é possível neste caso pautar-se por uma análise que foi feita não da mesma amostra colhida pelo CIAT? Como é que se chegou a um resultado, enfim, para não dizer outras coisas? Não seria da responsabilidade do CIAT o envio dessas amostras para uma contra análise?

É essa a pergunta que faço.

A Sra. **Chefe dos Serviços Fitopatológicos**: — Vou responder à pergunta sobre se os resultados obtidos pelos diferentes laboratórios, qual é o mais correcto. Portanto, não há maneira de comparar amostras diferentes. A minha colega esteve a explicar todo procedimento técnico que nos deixa claros. Não podemos comparar a nossa amostra com outra que não sabemos qual é, não sabemos que arroz foi enviado.

Aproveito já para responder à pergunta do Sr. Deputado Arlindo, que diz que se não era o CIAT que devia enviar a amostra. Não diria que o CIAT devia enviar a amostra, mas os técnicos do CIAT deviam estar lá para colher a amostra, que é selada diante deles e enviada. Mesmo que se tivesse que fazer outra colheita, o CIAT podia também fazer a análise e a mesma amostra seria enviada para lá. Não podemos comparar resultados que não sabemos de onde vieram, não sabemos que arroz é que foi analisado.

Alguém perguntou sobre o horizonte temporal. Em relação a essa pergunta, respondo o seguinte: tinha falado já que há um espaço de tempo que precisamos, que é no mínimo de 10 a 15 dias e muitas vezes temos que obrar esse período, porque vamos repetir a amostra de novo.

Em relação às microtoxinas, os fungos existem em todos e podem ou não produzi-las. As pessoas dizem que o arroz não prestava e que o CIAT nunca disse isso. A questão era que apresentamos o resultado das análises e, porque há a parte microbiológica, que pode ser feita em duas maneiras, como por exemplo, por emplaqueamento directo que nos dá resultados mais rápidos – que é o que está aqui, e a outra parte deste resultado não está aqui, que o que depois continuamos a fazer, que é a parte microbiológica que tínhamos que fazer com diluições para obter os mesófilos e outras bactérias. Então, os resultados que estão aqui, vimos em seis sementes. Portanto, as percentagens que vimos em *aspergillus nigr* podem ou não produzir microtoxinas e temos os *penicillium sp*. Se formos a ver as percentagens aqui, 2,3%, o problema do CIAT em não dizer se o arroz é bom ou não para o consumo é porque, não tendo os aparelhos para quantificar as microtoxinas, os fungos podem ser em pouca quantidade, mas produzir microtoxinas. Depende das condições. Quando não são favoráveis o fungo começa a produzir microtoxinas, que são prejudiciais para a saúde humana.

Ao fazermos uma análise, frente a este resultado, enviamos o resultado para a Saúde para obter um parecer técnico, porque como não temos, o que devia ter sido feito era enviar-se a mesma amostra para saber se está tudo bem com a afrotoxina.

Portanto, não podemos dizer se o arroz, com os fungos que tem, tinha ou não microtoxinas. Isso era muito simples e não precisava haver tudo que houve.

Não sei se respondi a todas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para um esclarecimento.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — A minha questão era se o arroz, quando foi posto no mercado, já tinha cumprido a segunda parte do procedimento. Se tinha ido ao CIAT cumprir os tais 10 ou 15 dias da primeira ronda, caso não se verificou a necessidade da segunda. Caso isso não tenha acontecido, se o CIAT não se sentiu pressionado de alguma forma, uma vez que o arroz já estava sendo comercializado e que já tinha registado alguma polémica à sua volta, para fazer essa análise?

Se a primeira fase foi cumprida, não é necessária a segunda?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Directora do CIAT, para responder.

A Sra. **Directora do CIAT**: — Vou tentar responder a esta questão.

Sabemos que os produtos chegam, são passadas as autorizações provisórias e os comerciantes levam para o seu armazém e alguns comercializam-no antes de receberem o resultado da análise. Não fomos pressionados, estávamos a trabalhar com a amostra que tínhamos e vimos aqueles fungos.

Tem-se dito que a Directora disse que o CIAT não tem condições. Eu nunca disse que o CIAT não tem condições. Disse sim que nos faltava alguns aparelhos para saber se podíamos fazer a microtoxina ou não. Sabem que o Governo investiu, mas há coisas ainda para completar o laboratório para determinadas análises.

Com esses fungos, como disse a Dra. Ana Maria, estávamos a tentar ver com a Saúde se essa percentagem é ou não prejudicial. Nunca dissemos que o arroz era podre, porque quando confirmamos uma coisa tínhamos que ter já os resultados finais para esse trabalho. Depois levantou-se a polémica do arroz, mas quero dizer à Sra. Deputada que o arroz quando saiu e quando se colheu amostras já tinha ido ao mercado. Muitos produtos que saem vão para o mercado e, depois dos resultados das análises, eles continuam a vender, mas às vezes aparecem produtos que não estão em condições.

Então, para termos a certeza que não se pode comer o arroz, mandamos para a Saúde, que é detentora da saúde pública, para dizer se esse arroz, com aquilo que vimos à primeira mão, era consumível ou não. Foi o trabalho que o CIAT fez.

Murmúrios da Sra. Deputada Isabel Domingos.

Não respondi?

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Não. É que com base na sua resposta tenho uma outra questão.

Dentro desse trabalho de observação do CIAT, dentro das condições que tem neste momento – não digo das capacidades – depois da observação não cabe ao CIAT fazer algumas recomendações relativamente ao produto, quanto mais não seja para ajudar a saúde pública a formar uma opinião? Porque de facto vi a análise, constatei as observações feitas ao nível técnico, mas não vejo nenhum capítulo «recomendação».

Na opinião dos técnicos do CIAT – não falo especificamente do arroz, estou a falar em traços gerais dos produtos importados – não deve constar «recomendação», na opinião dos técnicos do CIAT, se o produto deve ser consumido, ou se deve ter outros procedimentos?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, essas questões que foram aqui levantadas são de grande interesse. Como sabem, o assunto maior é em termos da garantia de saúde pública e que há questões, se não observarmos, as implicações são maiores.

Por outro lado, também são meios que o próprio CIAT ainda não dispõe.

Outra questão que também se verifica é a maneira, ou o contexto em que se trabalha no nosso país. Os próprios técnicos do CIAT vêem-se confrontados com um conjunto de questões.

Antes de fazer a súmula das intervenções, temos ainda 10 minutos e ainda há mais questões e não sei se passaria já a palavra para as técnicas abordarem essas questões, ou se passaria já para fazermos essa ronda toda para elas terminarem.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, queria pedir que de facto a resposta fosse dada antes de se iniciar outra ronda de perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, vamos ouvir essa explicação para começarmos outra ronda. Tem a palavra a Sra. Antónia Neto, para responder.

A Sra. **Chefe dos Serviços Agro-Químicos**: — Respondendo à pergunta da Sra. Deputada Isabel, para dizer que quando fazemos as nossas análises, como São Tomé não produz nenhuma norma, adoptadas as normas da ISO, que é uma instituição internacional de padronização. Para certos produtos temos a norma da ISO e quando o resultado foge a essas normas enviamos para a saúde, imediatamente, para obter o parecer da Direcção dos Cuidados de Saúde. Isso é o normal que fazemos, mas quando os resultados estão dentro do parâmetro, não há perigo nenhum, mas quando estão para além ou aquém, enviamos para a Saúde.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho algumas questões a levantar, que são as seguintes: percebo muito pouco de química, mas pelo que estudei sei da influência dos insectos na fecundação e os cereais, normalmente, contêm muita coisa.

Só que me estranha um bocado que, por exemplo, no arroz partido há uma percentagem, falou-se na existência de certos fungos, mas aqui não vi essa percentagem e tenho dúvidas que em 100% não haja essas coisas no arroz, por serem cereais da mesma espécie. Porque quando se fala que existe tal, tal coisa no arroz, tenho dúvidas que não haja no mercado arroz com esses fungos, mas o que nos interessa muito mais são as percentagens, no meu entender.

Uma outra questão, falou-se aqui e muito bem que se trata de saúde pública, porque cada coisa que se encontra no alimento tem a sua influência num determinado organismo e não são os técnicos é que vão saber o que vai fazer ao coração, ou noutros órgãos. Por isso, a existência dessa lista seria dada em percentagem.

Outra questão, houve a análise do CIAT e há as de outros laboratórios. Gostaria de saber se há coincidência de parâmetros, quer os que determinam a quantidade de fungos, quer outros, ou se há o mesmo parâmetro, mas com diferenças percentuais, porque podem-se ver vários parâmetros no arroz, mil e tal, não sei se me fiz entender.

Isto é o que gostaria de saber de forma a estar mais consciente de tudo isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, das questões que foram colocadas e das respostas que tivemos a oportunidade de ouvir por parte da equipa técnica que temos cá, pelo menos dá para tirarmos algumas conclusões.

Mais uma vez ficou provado que o CIAT nunca disse que o arroz era podre. Detectou algo que, no entender do CIAT, podia ser prejudicial ou não.

Disseram aqui também as técnicas que o CIAT não tem o aparelho que permite detectar a percentagem nociva à saúde, mas a verdade é que perante a polémica que se gerou, houve a necessidade de o Governo solicitar outras análises.

Também, tecnicamente, ficou provado que o laboratório precisa de, no mínimo, 10 a 15 dias para produzir um resultado com qualidade...

A Sra. **Directora do CIAT**: — Ou mais!

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Ou mais. Quer dizer que, tecnicamente, porque os técnicos são todos técnicos, são todos formados e varia-se de países, mas a formação nessa área é sempre a mesma e a informação que tive aqui da técnica Ana Maria Deus Lima, ou da equipa do CIAT desvaloriza por completo o resultado da ASAE. Tecnicamente a ASAE não trabalhou, porque produziu o seu resultado em 24 horas.

Murmúrios do Sr. Deputado José Diogo.

Informações que tenho é que a ASAE fez a sua análise em 24 horas, o que quer dizer que, tecnicamente, é impossível definir a qualidade do arroz. É isso que fica aqui, tecnicamente, provado porque tem-se pegado muito nos resultados da ASAE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo, para uma intervenção.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Por uma questão de curiosidade, baseando naquilo que acabou por dizer o Deputado Gil, gostaria de ouvir das técnicas de Potó, se de facto o Potó, para elaborar o resultado leva 10 a 15 dias, se todos os laboratórios do mundo devem funcionar da mesma forma, se não há procedimentos diferentes, em países diferentes, tendo em conta as tecnologias e os equipamentos que utilizam.

A Sra. **Directora do CIAT**: — Não entendi a sua questão.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Se não há formas de produzir resultados diferentes do nosso. Portanto, o Deputado Gil diz que o Potó leva de 10 a 15 dias e não faz fé nos resultados da ASAE, porque foi produzido em 24 horas.

Gostaria de saber se, com as condições que temos, a ASAE com condições se calhar supra melhores, não poderá produzir resultados de forma mais célere.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte, para uma intervenção.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, não quero responder por parte do CIAT, mas quero deixar bem claro cá que, de acordo com a explanação da Sra. Directora e da sua equipa técnica, nunca disseram que desvalorizam os resultados da ASAE. Então, é bom que os Deputados quando falam, falem com verdade porque as pessoas estão cá presentes.

Outra minha preocupação é a seguinte: quero perguntar à Direcção do CIAT, quer a Directora-geral até ao último técnico que presta lá serviço, se não se sentiram ofendidos e diminuídos tecnicamente, após a divulgação do seu resultado, pelas palavras ditas pelos governantes deste país.

A outra questão é a seguinte: após o pedido pelo CIAT à Direcção dos Cuidados de Saúde para emitir o seu parecer sobre a questão e, após o recebimento deste parecer, o CIAT devia então emitir, publicamente, o que era recomendável, o que o CIAT não fez. Eu queria perguntar à Sra. Directora o porquê.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil, para um esclarecimento.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, é apenas para fazer um protesto. Já tinha sido alertado aqui no sentido de não desviarmos as coisas e só para lamentar a penúltima questão colocada pelo Sr. Deputado Octávio. Nada contra, mas acho que não era conveniente que aqui puséssemos o CIAT contra o Governo, ou o Governo contra o CIAT, porque não é disso que viemos cá tratar. A questão de sentir-se diminuído ou não é questão política entre o Governo e o CIAT e acho que não nos interessa aqui saber como sentiram.

Era só este alerta e que o Sr. Presidente fizesse atenção sobre essas questões, para não criar crispações entre instituições.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, primeiro acho que queremos entrar num campo que não diz respeito ao CIAT.

A segunda questão é para dizer ao Sr. Deputado Gil que as amostras da ASAE foram enviadas pelo Governo e não pelo CIAT, segundo a resposta que foi dada aqui. No resultado da amostra diz «autoridade reguladora», portanto, «República Democrática de São Tomé e Príncipe, autoridade reguladora e controlo das actividades económicas». Portanto, é recolhida pelo próprio Governo e enviado por este. O resultado da ASAE não diferencia muito dos conteúdos que o próprio CIAT disse que o produto continha. Só que a única diferença é que a ASAE emite uma opinião e diz que, «de acordo com os parâmetros constatados no produto, não é aconselhável que o produto seja posto no mercado, salvo melhor opinião». A ASAE não assumiu a responsabilidade de que o produto não é próprio para o consumo, mas aconselha, tendo em conta aquilo que se encontrou que prova aquilo que o próprio CIAT tinha dito nos seus resultados. É a mesma coisa.

Agora, o que o Deputado Gil quis insinuar sobre essa questão de a ASAE ter produzido o resultado em 24 horas, não é da responsabilidade do CIAT, é de quem pediu uma contra-análise com outras amostras que o próprio CIAT nem tinha conhecimento.

É por isso que disse anteriormente que não estamos cá para ir por um caminho que não diz respeito ao CIAT. Chamamos os técnicos para auscultá-los sobre os resultados produzidos, como é que foram produzidos, como é que as amostras foram recolhidas, de forma a estarmos devidamente esclarecidos sobre essa matéria.

Agora, o resto, fazemos o nosso trabalho aqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe, para uma intervenção.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. Técnicas, Srs. Deputados: Sentir-me-ia já ultrapassado, mas queria apenas dizer o seguinte, para juntar a minha voz às dos outros: estamos aqui a auscultar a equipa do CIAT e se calhar estamos a fazer uma confusão. Vi há bocado o Sr. Deputado Gil a fazer conclusões e pareceu-me que já tinha finalizado a sessão. Creio que não caberá a nós fazer conclusões nenhuma, mas sim irmos pedindo esclarecimentos à equipa do CIAT, no sentido de dar-nos as respostas que queremos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Directora do CIAT e suas colaboradoras: Também tenho tido algumas dificuldades em fazer perguntas ao CIAT, porque todos já fizemos exames da nossa saúde. Quando a gente vai a um médico que ele requer de nós uma série de exames, vamos aos laboratórios e fazemo-los, normalmente é-nos entregue o resultado dos exames fechado. Já tive até a oportunidade, ao fazer um exame, de perguntar o técnico do laboratório, «o que é que acha do resultado» e ele disse-me «é o seu médico que vai falar». Portanto, estou a ver aqui o CIAT como um laboratório que fez o seu exame e não compete ao CIAT dizer se o doente está morto ou se vai morrer. Compete sim dizer «esse é o padrão». Agora, quem mandou fazer o exame, suponho que aqui a intervenção da saúde pública é importante, na base dos resultados produzidos, ver os padrões e dizer. É por isso que confesso que tenho algumas dificuldades em fazer perguntas. Sabemos que o CIAT fez um exame e apresentou um resultado. Por acaso tive acesso, mas não vi ali nenhuma conclusão e achei que era normal que o CIAT não fizesse nenhuma conclusão, porque não é da sua competência. Agora, caberá a nós, na base daquilo que estamos a ouvir e na base da auscultação da Direcção dos Cuidados Primários, tirarmos as nossas ilações.

De facto agora estou a ouvir falar da questão da amostra, ouve-se dizer que a ASAE a fez em 24 horas, não sei como é que são os mecanismos do CIAT, não quero aqui «ser advogada do diabo, nem de Deus», mas para saber também, tecnicamente, como é que o CIAT está apetrechado e se têm todas as condições para fazerem esses e outros exames.

Queria também saber, porque aqui foi dito uma coisa muito importante que nós os Deputados devíamos também, se calhar, preocupar-nos, porque o pessoal do CIAT disse que, quando chega o produto, se retira uma amostra para proceder à análise e que, enquanto estiver a ser analisado um produto, não devia ser posto à venda. Há alguma lei que regula isso? Porque estamos a falar do arroz e não é o primeiro caso, há muitos outros casos. Às vezes a gente vai para uma casa comercial e vê ali produtos fora de prazo a ser vendidos. Portanto, se houver alguma lei para também começarmos a ver o que diz, no sentido de sabermos em que momento podemos revê-la e, se está desactualizada, que seja actualizada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, primeiramente gostaria de pedir desculpas, se em algum momento teria colocado resposta na boca de alguém, mas acredito que não o fiz. Pedi uma informação técnica e, na base dela, cheguei a uma conclusão.

A outra questão que afirmei é que ouvimos a Sra. Directora dizer que em momento algum o CIAT disse que o arroz era podre e foi dito também que o CIAT não tinha capacidade para definir as percentagens de microtoxinas, tanto é que não chegou a nenhuma conclusão e remeteu o relatório a Saúde Pública.

Foi o que eu disse.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já ultrapassamos largamente o período para o qual tínhamos acordado e sabem que sou um defensor acérrimo dessa questão. Todavia, como há um conjunto de questões que foram colocadas, gostaria de pedir mais uma vez a indulgência da equipa do CIAT para que pudesse responder a essas questões todas que foram postas cá, de modo a encerrarmos os nossos trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Ana Deus Lima, para responder às questões colocadas.

A Sra. **Chefe dos Serviços Fitopatológicos**: — Gostaria de responder às questões que foram colocadas relativamente aos fungos. Parece-me que o Sr. Deputado António falou das percentagens de fungos, o resultado que apresentamos foi em percentagens. Está claro e preciso, «percentagem de infecção por fungos em 100 sementes». Portanto, este é um resultado que se pede numa análise lá fora. Se formos pegar nos resultados que vieram de qualquer parte, não apresentam o resultado em plaqueamento directo. Fazemos assim porquê? Fazemos o que eles fazem e fazemos o que eles não fazem, inclusive há locais em Portugal que, quando dizemos que fazemos uma câmara, ou um plaqueamento directo, eles não sabem o que é. Para nós, fazer o plaqueamento directo é que nos dá os fungos que há.

Não tivemos acesso aos resultados da ASAE e por isso não sei o que lá está. Os resultados dizem «bolors e leveduras». Os bolors são fungos. Para além de fazermos em diluição para obtermos a percentagem de bolors e leveduras, fazemos em plaqueamento directo, onde vamos encontrar os fungos e fazemos uma observação para sabermos que fungo é.

Se forem pegar em qualquer resultado que veio de fora, em resultado algum vem a dizer que tem esses fungos, porque eles não fazem o plaqueamento directo. Fizemos, fazemos e continuaremos a fazer, porque estamos a primar pela saúde pública. Portanto, aqui tem percentagens. Temos o *rhyzopus*, que é 100%, todas as sementes tinha o fungo *rhyzopus*. É evidente que se pegamos qualquer arroz aqui na praça e vamos fazer uma análise e pode aparecer fungos e aparece sempre alguma outra coisa, porque são cereais, vem do campo e depois são as condições do armazém. Portanto, há sempre qualquer coisa de fungo, mas pode não ser alarmante. Então, havia 100% de *rhyzopus*; 5% de *aspergillus nigri*, que é um que pode provocar microtoxinas; 3% de *aspergillus sp.* e 2% de *penicillium sp.* Sendo assim, pode dizer-se que essa percentagem não é elevada, mas não sabemos quando é que produz microtoxinas. Portanto, importava que se fizesse uma análise, que não conseguimos fazer por não termos o aparelho, que é caríssimo, para ver se tinha ou não microtoxinas. Esta foi a questão.

Depois, a questão que foi levantada sobre a desvalorização ou não do resultado da ASAE. Em momento algum desvalorizei, porque não o conheço, não posso desvalorizar uma coisa que não conheço. Agradeço o Sr. Deputado que falou sobre esse assunto, porque realmente não posso dizer algo que não conheço.

Falei das nossas condições, temos 10 a 15 dias, porque temos uma série de problemas, sabemos, somos todos são-tomenses. Às vezes temos problemas com a água, com a electricidade e às vezes o Centro não tem dinheiro suficiente para meter combustível para fazer funcionar o motor para trabalharmos. Há uma série de constrangimentos que podem aparecer e não acredito que todas as análises sejam feitas em 24 horas.

A Sra. **Directora do CIAT**: — Queríamos também aqui realçar que nós do CIAT viemos, mesmo sem convite, para fazer esclarecimentos técnicos.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Não receberam o convite?

A Sra. **Directora do CIAT**: — Não recebemos por escrito e já viemos uma vez, voltamos uma segunda vez, de modo a ajudar a esclarecer os problemas.

Sabemos que no nosso país há determinadas regras, que muitas vezes as leis, ou não existem ou estão a ser actualizadas. Mesmo nós do CIAT, para quem conhece São Tomé, sabe que estamos numa fase de melhoramento

do laboratório, que tivemos o apoio da Espanha e do BAD e estamos a tentar levar o nosso laboratório a um nível de «laboratório de referência» na parte de materiais vegetais e seus derivados, seleccionado em Brazzaville, numa conferência, pelos países da África Central.

Portanto, acho que os técnicos estão preparados para fazer análises porque, para além dessa análise do arroz, analisamos muitos outros produtos que entram em São Tomé e Príncipe. Quando vemos, como dizem as técnicas, coisas fora da norma, pedimos apoio, e não é a primeira vez que fazemos isso.

Como disse a parte técnica, houve muitas perguntas comparativas que fizeram aqui. Gostaria de dizer a alguns Deputados que recorremos à Saúde Pública, porque não é a primeira vez que trabalhamos com eles. É um parceiro do CIAT na emissão de parecer.

O Dr. Aurélio, é pena que esteja fora, é um nutricionista que também trabalha connosco e às vezes vai lá mesmo para o laboratório, para tentar esclarecer algumas dúvidas.

Fizemos o nosso trabalho, não qualificamos o arroz como podre, porque se fosse dizíamos imediatamente que estava podre. Dissemos que queríamos saber se o que lá existe faz mal à saúde humana. Portanto, acho que ficou esclarecido.

Não quero falar sobre se ficamos diminuídos ou não, ficamos um pouco. Qualquer técnico que trabalha e vê o seu trabalho e o seu esforço, posto em causa, é normal que sinta qualquer coisa, mas estamos seguros naquilo que fizemos, inclusive posso dizer que fomos informados pelo Ministério do Comércio, que enviaram a amostra, mas dissemos-lhe que não intervimos nela e não podemos dar uma opinião, porque é a amostra que eles enviaram. Não vou criticar, como disse a Sra. Deputada Maria das Neves, a análise de um outro laboratório, porque não fiz o mesmo trabalho que ele fez. Por exemplo, falou-se aqui da ASAE, não tenho o resultado da ASAE, não o conheço. Existe, segundo o Sr. Deputado, mas gostaríamos de receber uma cópia para saber o que a ASAE disse. Porque para o CIAT interessa saber aquele pedido que o Governo fez, o que é que disse.

Recebemos o resultado da Aquimisa, mas não podemos analisar. O que é que vamos dizer disso? É o parâmetro que eles encontraram na análise da amostra que eles fizeram. Por isso, depois emitimos uma resposta ao Ministério da Saúde, porque também ficamos assim um pouco estranhos com a resposta que recebemos, mas gostaríamos de ver o resultado do arroz e há-de chegar-se a uma conclusão. Por enquanto, os nossos resultados é que vimos. Não vamos dizer que não vimos esses fungos, como disse o Sr. Deputado, às vezes vêm mesmo do campo, mas se está dentro dos parâmetros, da norma, não temos que dizer que não se consome. Quando vemos alguma coisa na máquina, solicitamos à Saúde Pública se é possível ou não ser consumido.

Vou ficar mesmo por aqui e dizer aos Srs. Deputados que estamos aqui prontas e disponíveis para qualquer esclarecimento técnico e depois o consenso político fica a cargo do Governo...

Risos do Sr. Presidente.

... e dos outros, porque na realidade, tecnicamente, acho que as técnicas estão preparadas, trabalham no laboratório há mais de 20 anos.

Os Srs. Deputados ainda não foram convidados para visitarem o CIAT, mas estamos a preparar para que a 2.^a Comissão, como estive na EMAE, vá para lá, porque estamos abertos para responder e defender a nossa dignidade.

Risos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sra. Directora e as duas técnicas, as Sras. Ana e Antónia.

Quero dizer que ficamos gratos pelas informações que deram e somos das pessoas que acreditamos nos nossos técnicos, que há toda a nossa confiança na nossa equipa técnica. Uma das coisas que dizemos é que não valorizamos o que é nosso. Ao nível da nossa Comissão, reconhecemos e por causa disso é que fizemos o convite.

Infelizmente, tivemos conhecimento, pela Directora, que a tramitação não chegou. Pessoalmente, fiquei para fazer o contacto com a Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, para saber dessas questões, mas gostamos também do vosso gesto. Paralelamente, fizemos um contacto telefónico, enquanto ia a questão documental e, logo a primeira, tivemos a vossa aceitação, o que gostaríamos de felicitar por esse gesto de colaboração e de participação.

Srs. Deputados, gostaria, ao terminar, de também agradecer por um conjunto de questões que fizeram e gostaríamos de dizer que muita gente não sabe dos sucessivos trabalhos que temos tido. As pessoas supõem que apenas os momentos da plenária são publicitados, mas diariamente temos as nossas actividades e também fizemo-las com o espírito de boa-fé, de patriotismo e de sabermos a questão da saúde pública da nossa população.

O despoletar dessa questão do arroz, infelizmente, sempre que não há arroz é que tem sido alvo de muitas questões. Houve a questão de que uma vez houve um Presidente que, quando passava, se gritava: «loçôô, loçôô»...

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — O Sr. Presidente está a ser gravado.

O Sr. **Presidente**: — Estou e estou a dizer, porque é uma verdade e não sabemos como é que essas questões aparecem.

Risos.

Por isso, mais uma vez, em nome dos meus colegas, gostaria de agradecer a vossa presença e os esclarecimentos.

Pareceu-me que em alguns momentos estavam a dar-nos aulas, pelo que agradecemos os procedimentos e os aspectos metodológicos.

Se não houver mais questões, dou por encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 5 minutos.